

Bendine vira réu na “lava jato” por corrupção e lavagem de dinheiro

Aldemir Bendine, que foi presidente da Petrobras e do Banco do Brasil, tornou-se réu na operação “lava jato” nesta quinta-feira (24/8), acusado de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva. A denúncia contra ele foi aceita pelo juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR). Bendine está [preso](#) preventivamente desde 27 de julho.

O Ministério Público Federal acusa o ex-presidente da Petrobras de ter pedido propina à construtora Odebrecht por meio de intermediários enquanto ainda presidia o BB — já sabendo que assumiria o comando da petrolífera.

Já a acusação por lavagem de dinheiro, diz o MPF, é porque, depois das denúncias contra Bendine virem à tona, um terceiro teria pagado os impostos referentes à propina solicitada.

Reprodução



Aldemir Bendine foi presidente da Petrobras e do Banco do Brasil.
Reprodução

“Alega o MPF que Aldemir Bendine, por conta da vantagem indevida, ‘deu início a movimentações internas na Petrobrás com o intuito de favorecer o grupo empresarial Odebrecht’, apontando mensagens eletrônicas nesse sentido”, destaca Moro, na decisão.

O MPF afirma que o valor teria sido aceito pela empreiteira com a condição de ser pago apenas depois que Bendine assumisse oficialmente a presidência da Petrobras. O pedido teria sido feito a Marcelo Odebrecht, presidente do grupo do qual a empresa faz parte, e Fernando Luiz Ayres da Cunha Santos, então presidente da Odebrecht Ambiental.

Já o pagamento a representantes de Bendine teria sido feito por Álvaro José Galliez Novis que, segundo o MPF, operava esse caso como prestador de serviços no Setor de Operações Estruturadas da empreiteira. “Sua participação específica foi identificada pela utilização do codinome ‘Paulistinha’ como ‘prestador’ nos registros informais do Setor de Operações Estruturadas quanto às transações em questão.”

Moro afirma que, segundo delações premiadas de funcionários da Odebrecht, ‘Paulistinha’ seria Álvaro



Novis.

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

Date Created

24/08/2017